

**Editorial - Ilegalidades comprovadas**

editorial

# Ilegalidades comprovadas

A documentação reunida pela CPI da Dívida de São Caetano revela um conjunto consistente de irregularidades que não pode ser ignorado pelos órgãos de fiscalização. O relatório, a ser apresentado pelo vereador Edison Parra (Podemos) até dezembro, aponta operações que teriam sido conduzidas pelo ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD) em desacordo com normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei 4.320, que rege o direito financeiro no País. A conclusão indica discrepâncias superiores a R\$ 230 milhões, envolvendo cancelamentos de débitos já liquidados, gastos sem previsão orçamentária e distorções nos registros bancários. Tais indícios configuram falhas graves na condução das contas municipais.

Os elementos descritos pela CPI demonstram que as manobras não se limitam a erros administrativos, mas representam ações deliberadas para mascarar a real situação fiscal do município. O cancelamento de valores expressivos no último dia útil do ano, a exemplo de contratos, que vão de cestas básicas a obras públicas, expõe padrão de comportamento que desafia princípios de transparência e responsabilidade. Da mesma forma, a transferência de despesas de um exercício a outro e o registro tardio de saídas financeiras sugerem tentativa de alterar resultados contábeis. Diante disso, é dever do Legislativo, ao aprovar o relatório, encaminhar o caso aos órgãos competentes para a devida responsabilização.

Com base nas evidências apresentadas por auditoria realizada pela Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia), a Câmara de São Caetano deverá adotar medidas firmes após a aprovação do parecer final. O envio do material ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado permitirá a abertura de procedimentos para investigar possíveis infrações cometidas pelo ex-prefeito e sua equipe. A sociedade espera que o processo prossiga de modo a preservar o interesse comum. A apuração completa será fundamental para restaurar a confiança do são-caetanense nas instituições e prevenir novas distorções na gestão financeira da cidade.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC**Seção:** Opinião **Página:** 2